

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Por quase dois séculos, apesar da controvérsia provocada pela Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão encarnou a promessa de direitos humanos universais. Em 1948, quando as Nações Unidas adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, seu artigo 1.º dizia: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Em 1789, o artigo 1.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão já havia proclamado: “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”.

As origens dos documentos não nos dizem necessariamente nada de significativo sobre as suas consequências. Importa realmente que o esboço tosco de Jefferson tenha passado por 86 alterações feitas por ele mesmo, pelo Comitê dos Cinco ou pelo Congresso? A Declaração da Independência dos Estados Unidos da América (EUA) não tinha natureza constitucional. Declarava simplesmente intenções, e passaram-se quinze anos antes que os estados finalmente ratificassem uma Bill of Rights, muito diferente, em 1791. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão afirmava salvaguardar as liberdades individuais, mas não impediu o surgimento de um governo francês que reprimiu os direitos, e futuras constituições francesas — houve muitas delas — formularam declarações diferentes ou passaram sem nenhuma declaração.

Ainda mais perturbador é que aqueles que, com tanta confiança, declaravam, no final do século XVIII, que os direitos eram universais vieram a demonstrar que tinham algo muito menos inclusivo em mente. As pessoas não ficaram surpresas por eles considerarem que as crianças, os insanos, os prisioneiros ou os estrangeiros eram incapazes ou indignos de plena participação no processo político, pois pensavam da mesma maneira. Mas eles também excluía aqueles sem propriedade, os escravos, os negros livres, em alguns casos as minorias religiosas e, sempre e por toda parte, as mulheres. Em anos recentes, essas limitações a “todos os homens” provocaram muitos comentários, e alguns estudiosos até questionaram se as declarações tinham um verdadeiro significado de emancipação.

Os fundadores, os que estruturaram e os que redigiram as declarações, têm sido julgados elitistas, racistas e misóginos

por sua incapacidade de considerar todos verdadeiramente iguais em direitos.

Como é que esses homens, vivendo em sociedades construídas sobre a escravidão, a subordinação e a subserviência aparentemente natural, chegaram a imaginar homens nada parecidos com eles, e, em alguns casos, também mulheres, como iguais? Se pudéssemos compreender como isso veio a acontecer, compreenderíamos melhor o que os direitos humanos significam para nós hoje em dia.

Lynn Hunt. *A invenção dos direitos humanos*: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 15-16 (com adaptações).

A respeito de aspectos linguísticos do texto precedente bem como das ideias nele veiculadas, julgue os próximos itens.

- 1 Mantendo-se a correção gramatical e a coerência das ideias do texto, o primeiro período do terceiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte maneira: **Aqueles que, com tanta confiança, declaravam, no final do século XVIII, que os direitos eram universais vieram a demonstrar que tinham algo muito menos inclusivo em mente, o que é ainda mais assustador.**
- 2 No texto, a autora põe em xeque o conceito de direitos humanos e demonstra duvidar da sua real aplicabilidade desde seu surgimento no século XVIII, mesmo que tenham sido assegurados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- 3 Dada a polissemia do vocábulo **homem**, seria possível interpretar que os direitos previstos no artigo 1.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão abrangeriam um grupo restrito de pessoas.
- 4 É coerente com as ideias do texto concluir que é necessária uma análise crítica acerca do contexto do surgimento das declarações de direitos do século XVIII, quando o conceito de “universal” recebeu interpretação conveniente a um grupo social específico, para uma melhor compreensão sobre a atual concepção de direitos humanos.
- 5 O questionamento feito pela autora no segundo parágrafo constitui um recurso de linguagem utilizado para verificar o entendimento do leitor quanto à argumentação por ela desenvolvida no texto.

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pego.

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão.

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, ou “receberá uma boa gratificação”. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o açoitasse.

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas, por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfástio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir, também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.

Machado de Assis. **Pai contra Mãe**. In: Machado de Assis. **Relíquias da casa velha**, 1906 (com adaptações).

Machado de Assis inicia o conto **Pai contra Mãe** — escrito em 1906 e publicado na coletânea **Relíquias da casa velha** —, mencionando “ofícios e aparelhos” da escravidão no Brasil. O conto aborda a história de Cândido Neves, personagem que trabalhava na captura de escravos fugidios. Considerando o fragmento desse conto apresentado anteriormente, julgue os itens a seguir.

- 6 Em “a sobriedade e a honestidade certas” (sexto período do primeiro parágrafo), a substituição de “certas” por **corretas** manteria a coerência das ideias do texto, visto que tais palavras têm o mesmo significado.
- 7 O autor justifica a citação do ferro ao pescoço, do ferro ao pé e da máscara por se associarem a determinado ofício.
- 8 No primeiro período do quarto parágrafo, a forma pronominal “lho” retoma os termos “Quem” e “escravo”.
- 9 A menção aos anúncios sobre escravos fugidios em folhas de jornais públicos tem como objetivo apontar a eficácia do sistema de captura de escravos fugidios no sistema escravagista do Brasil.
- 10 No segundo período do último parágrafo, a forma verbal “mantêm” está flexionada no plural porque estabelece concordância com os termos “lei” e “propriedade”.

No que se refere à redação oficial, julgue os itens a seguir.

- 11 Em ofício dirigido pelo ministro presidente do STJ ao ministro presidente do STF, deve-se empregar, no endereçamento, A Sua Excelência o Senhor, e, como vocativo, Senhor Ministro, por tratar-se de autoridades de mesma hierarquia.
- 12 A linguagem empregada nos documentos oficiais deve caracterizar-se pela precisão, atributo que inclui a articulação da linguagem comum ou técnica para a perfeita compreensão da ideia veiculada no texto.

A respeito dos princípios fundamentais constitucionalmente estabelecidos e dos partidos políticos, julgue os itens que se seguem.

- 13 Conforme disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), os partidos políticos submetem-se ao dever de prestar contas à justiça eleitoral e aos tribunais de contas.
- 14 Devido ao princípio da dignidade da pessoa humana, nem toda pessoa que seja presa deverá ser algemada no ato da prisão, ainda que esta se dê em flagrante delito.

Julgue os itens a seguir, referentes à organização político-administrativa dos estados-membros e a disposições gerais da CF acerca da administração pública.

- 15 Embora não se submetam ao mesmo regime jurídico dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, os empregados públicos ingressam no serviço público, em entidades da administração pública indireta, necessariamente mediante concurso.
- 16 Os estados-membros podem instituir aglomerações urbanas e microrregiões mediante lei complementar, mas não regiões metropolitanas, já que a criação destas últimas depende de decisão de cada município.

No que diz respeito ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

- 17 Caso tanto um juiz do trabalho de um tribunal regional do trabalho quanto um juiz de direito de um tribunal de justiça estadual se considerem competentes para julgar determinada ação relativa a direitos de trabalhadores, competirá originariamente ao STJ julgar o conflito de competência estabelecido entre os juízes.

Com base na Lei n.º 12.618/2012, que dispõe sobre o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, julgue os itens a seguir.

- 18 No caso de cessão de servidor público participante da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD) com ônus para o cessionário, este deverá recolher à respectiva entidade fechada de previdência complementar a contribuição aos planos de benefícios, nos mesmos níveis e condições devidas pelo patrocinador.
- 19 A remuneração e as vantagens de qualquer natureza dos membros das diretorias executivas das entidades fechadas de previdência complementar não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do STF.
- 20 A decisão do servidor de optar pela migração para o regime de previdência complementar é irrevogável e irretroatável.
- 21 É vedada a criação de fundação de previdência complementar que contemple os servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A respeito de administração pública direta e indireta, julgue o item a seguir.

22 Consórcio público pode ser constituído sob a forma de pessoa jurídica de direito privado ou de direito público.

Acerca do exercício da função pública pelos agentes públicos e de princípios e procedimentos relativos à licitação pública, julgue os itens seguintes.

23 Para o desempenho de funções de natureza permanente, correspondentes às atribuições de chefia, direção e assessoramento, não se exige que o agente público que as exercerá tenha sido admitido no serviço público mediante concurso público.

24 Com base no princípio da isonomia e da economicidade, a administração pública pode, nas compras, dar preferência para bens manufaturados que atendam a normas técnicas brasileiras, ainda que a capacidade de produção desses bens seja inferior à quantidade que se pretenda adquirir, desde que esteja previsto no edital que a compra da quantidade complementar de bens será feita por outro fornecedor.

À luz da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD) e da Resolução do STJ n.º 5/2023, julgue o próximo item.

25 Para o cumprimento da LGPD, que define encarregado como a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a autoridade nacional de proteção de dados, o diretor-geral da Secretaria do STJ é o encarregado pelo tratamento de dados pessoais nesse tribunal superior.

Acerca do processo administrativo federal, Lei n.º 9.784/1999, julgue o item subsequente.

26 Quando a lei exigir motivação para o ato administrativo, esta deverá ser explícita, clara e congruente, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores.

Considerando o Decreto n.º 678/1992, que promulga a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), julgue os itens a seguir.

27 A Corte Interamericana de Direitos Humanos não exerce função de controle preventivo de convencionalidade.

28 A fim de garantir o direito à integridade pessoal e o direito à vida, o referido decreto prevê a readaptação social dos condenados como uma das finalidades essenciais da pena privativa de liberdade e veda aos Estados que aboliram a pena de morte o seu restabelecimento.

No que se refere aos direitos das pessoas com deficiência, à luz da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto n.º 6.949/2009), do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015) e da Resolução n.º 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça, julgue os itens que se seguem.

29 A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência prevê que os Estados-partes têm a obrigação de prover adaptação razoável para que as pessoas com deficiência privadas de sua liberdade façam jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a garantias de acordo com o direito internacional dos direitos humanos e recebam tratamento em conformidade com os objetivos e princípios estabelecidos na citada convenção.

30 A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi internalizada no Brasil com *status* normativo equivalente ao de emenda constitucional.

31 Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, as instituições privadas de ensino têm o dever de implementar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, sendo-lhes permitida a cobrança de valores adicionais para o cumprimento desse dever.

Considerando o Código de Conduta do STJ, julgue os itens a seguir.

32 A participação de servidores do STJ, em nome desse órgão, em concurso ou processo seletivo destinado à premiação de qualquer natureza não está condicionada à autorização prévia desse tribunal superior.

33 Compete à Ouvidoria submeter às autoridades competentes do STJ sugestões de aprimoramento do Código de Conduta do STJ.

34 A redução da subjetividade nas interpretações de normas jurídicas é prevista como parte de um dos objetivos do Código de Conduta do STJ.

35 Para realizar cópias de processos ou documentos pertencentes ao STJ, o servidor depende de prévia autorização da autoridade competente, ainda que as cópias sejam necessárias ao exercício das atribuições ordinárias do próprio servidor.

De acordo com o Regimento Interno do STJ, julgue os itens subsecutivos.

36 Os secretários das seções e das turmas do STJ são designados pelo presidente de cada um desses órgãos julgadores.

37 O Conselho da Justiça Federal (CJF) funciona junto ao STJ e tem a atribuição de realizar a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus.

38 O julgamento de todos os processos no STJ, à exceção apenas de *habeas corpus* e dos recursos em sede de *habeas corpus*, depende da sua inclusão prévia em pauta de julgamento.

39 A aprovação dos critérios para progressões e ascensões funcionais dos servidores da Secretaria do STJ é atribuição do Conselho de Administração.

Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens que se seguem.

- 40** A conduta de servidor de negar publicidade a atos oficiais configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 41** O ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública só é passível de sanção se tiver gerado lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.
- 42** As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa aplicam-se aos atos de improbidade cometidos contra o patrimônio de entidades privadas que gozam de benefício fiscal concedido por ente público ou governamental.
- 43** A Lei de Improbidade Administrativa é aplicável àqueles que, mesmo não sendo agentes públicos, concorram culposamente para a prática de ato de improbidade.

Acerca da Agenda 2030 da ONU e do programa Transformação, instituído pela Resolução n.º 497/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue o item seguinte.

- 44** Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030 da ONU, bem como as respectivas metas associadas, expressam o propósito de redução das diversas formas de degradação ambiental, por meio da gestão sustentável dos recursos naturais e da tomada de medidas urgentes sobre as mudanças climáticas, em benefício das gerações presentes e futuras.

A respeito da Política de Sustentabilidade do STJ, conforme a Instrução Normativa n.º 4/2024 do STJ/GDG, e da Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, consoante a Resolução n.º 400/2021 do CNJ, julgue os itens a seguir.

- 45** Promover ações para estimular o consumo consciente e propor ações para revisão e restrição do uso de itens materiais plásticos à base de polímeros originados de petróleo são exemplos de diretrizes do consumo sustentável no âmbito do STJ.
- 46** O conceito de sustentabilidade adotado na Política de Sustentabilidade do STJ circunscreve-se aos pilares social, ambiental e econômico.

Julgue os itens a seguir, em relação aos aplicativos MS Teams, OneDrive e MS SharePoint.

- 47** O MS SharePoint permite fazer alterações em um documento que está sendo editado de forma colaborativa, mantendo-se as versões anteriores do mesmo documento, as quais podem ser encontradas por meio de opção disponibilizada na guia Arquivos.
- 48** Quando gravadas, as reuniões realizadas pelo MS Teams são disponibilizadas via *chat* da reunião e ficam armazenadas no OneDrive do organizador da reunião.

A respeito da ciência de dados, julgue os próximos itens.

- 49** No PowerBI, ao utilizar o modo de exibição de Edição, qualquer usuário pode fazer modificações em um relatório compartilhado.
- 50** A opção Analisar no Excel do PowerBI permite que se analise um modelo semântico usando tabelas e gráficos dinâmicos.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

No que se refere a conceitos fundamentais sobre arquitetura, urbanismo e paisagismo, bem como à teoria e à história da arquitetura, julgue os itens a seguir.

- 51** A morfologia urbana pode ser definida como a ciência que estuda a forma física das cidades, bem como os principais agentes e processos de transformação urbana que moldam essa forma.
- 52** Concebido de acordo com os princípios das cidades-jardins inglesas, o bairro Jardim América, em São Paulo, foi o único projeto do urbanista Ebenezer Howard no Brasil.
- 53** Na cidade, os espaços livres públicos compreendem ruas, praças, largos, pátios, parques, jardins, corredores externos, vielas, entre outros.
- 54** A modernização urbana do Brasil durante a transição entre os séculos XIX e XX pode ser representada, simbolicamente, por alguns eventos relevantes, entre os quais está a transferência, em 1896, da capital do estado de Minas Gerais da colonial Ouro Preto para Belo Horizonte, que foi planejada e construída para abrigar funções administrativas do governo.

No que se refere à compreensão de projeto de arquitetura e aos seus tipos de representação, julgue os próximos itens.

- 55** A avaliação de riscos ambientais corresponde à verificação prévia, por meio de atividades técnicas encadeadas e pertencentes a diversas especialidades, das eventuais situações preexistentes ou criadas que ofereçam riscos à saúde humana em determinada obra ou empreendimento.
- 56** Para a gestão de espaços em um conjunto edificado resultante de um projeto arquitetônico, é fundamental a realização do cadastro *as built*, para documentar tecnicamente e de forma fiel os resultados da obra executada, bem como as eventuais alterações realizadas.
- 57** A fase de preparação de um projeto arquitetônico compreende as etapas de levantamento de informações preliminares; de programa geral de necessidades; de estudo de viabilidade do empreendimento; e de levantamento das informações técnicas específicas a serem fornecidas pelo contratante.
- 58** O projeto executivo arquitetônico corresponde à etapa destinada à concepção e à representação final das informações técnicas dos projetos arquitetônicos e dos elementos, instalações e componentes que permitem a execução dos serviços e de obras correspondentes.

Acerca da Agenda Habitat e da Agenda 21, julgue os próximos itens.

- 59** Conforme a Agenda 21, no capítulo relacionado à promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos, uma das áreas programáticas compreende promover a existência integrada de infraestrutura ambiental no que se refere a água, saneamento, drenagem e manejo de resíduos sólidos.
- 60** Na agenda urbana contemporânea, os eixos patrimônio cultural, acessibilidade e gênero vêm sendo progressivamente substituídos pela perspectiva ampla de sustentabilidade das cidades.
- 61** Soluções baseadas na natureza, tecnologias de baixo carbono e gestão de resíduos urbanos são algumas das estratégias atuais para promover a sustentabilidade nas cidades.

No que diz respeito aos métodos e às técnicas de desenho, bem como às estratégias de representação, julgue os itens a seguir, de acordo com as normas técnicas vigentes.

- 62** Os métodos de projeção são definidos pelo tipo de projetantes (paralelas ou convergentes); pela posição do plano de projeção em relação às projetantes (ortogonal ou oblíquo); e pela posição do objeto, que pode ser paralela/ortogonal ou oblíqua em relação ao plano de projeção.
- 63** A representação ortográfica é uma representação pictórica realista que se obtém por meio da projeção do objeto a ser representado a partir de um ponto até a distância finita (centro de projeção), em um único plano de projeção, normalmente a superfície de desenho.
- 64** Linha de cotação é a linha contínua estreita que estabelece, de maneira não ambígua, a relação entre os elementos de uma representação gráfica e as instruções alfanuméricas e(ou) escritas suplementares (notas, requisitos técnicos, referências de item), por exemplo.

Acerca da organização de espaços de arquitetura, leiautes e especificação de mobiliários, julgue os itens seguintes.

- 65** A madeira empregada em mobiliário de madeira de compensado é reconstruída a partir de um painel estruturado em tiras orientadas perpendicularmente.
- 66** Em um projeto de arquitetura, fluxograma é um diagrama que representa relações de articulação entre espaços, deslocamentos e atividades humanas na edificação.
- 67** Corredores são espaços de conexão entre ambientes e suas atividades, por isso seu uso deve ser restrito à circulação, sem estímulos à permanência de pessoas.

Em relação a conforto ambiental, julgue o próximo item.

- 68** Em arquitetura, conforto térmico representa o equilíbrio entre as condições climáticas de um espaço e as necessidades térmicas do usuário.

A respeito de aspectos de representação, construtivos, operacionais e de segurança no projeto de um edifício, julgue os itens que se seguem.

- 69** As cotas indicadas no desenho do projeto de arquitetura sempre correspondem aos valores reais, independentemente da escala utilizada no desenho.
- 70** Em instalações de água quente para higienização pessoal, a temperatura da água deve ficar em torno de 25 °C a 30 °C.
- 71** O projeto e a execução da rede interna de telefone e Internet são responsabilidade do proprietário do prédio, cabendo à operadora de telecomunicação viabilizar os cabos de entrada.
- 72** As medidas de portas de emergência devem ser definidas com base na quantidade de pessoas que transitam no local e na distância até o ponto de escape.

No que diz respeito ao conforto acústico, julgue os itens seguintes.

- 73** A queda do nível de intensidade sonora de uma fonte pontual é de 20 dB cada vez que se dobra a distância entre a fonte e o receptor.
- 74** Caracteriza ruído todo som indesejável para determinada atividade de interesse por interferir no bom andamento das atividades ou nos objetivos dos espaços, prejudicando a função do ambiente, independentemente do seu espectro.
- 75** A intensidade sonora aceitável como confortável abrange níveis entre 90 dB e 110 dB.

Considerando as ações permanentes e variáveis que atuam em uma estrutura, julgue os itens a seguir.

- 76** Ações variáveis são aquelas cujos valores têm variação significativa em torno da média durante o ciclo de vida da construção, sendo exemplos o vento e cargas de uso, como pessoas, mobiliário, veículos.
- 77** As deformações são ações diretas na estrutura, enquanto as forças são ações indiretas.
- 78** Ações permanentes são aquelas que ocorrem com valores constantes ou com pequena variação em torno da média, durante praticamente todo o ciclo de vida da construção, sendo exemplos de ações permanentes diretas o peso próprio da estrutura e elementos construtivos permanentes.

Acerca da fiscalização de obras, julgue os seguintes itens.

- 79** Quando a fiscalização de obras públicas for executada por um gestor do próprio órgão não se faz necessário a atribuição da anotação de responsabilidade técnica.
- 80** A fiscalização de uma obra pública pode ser executada por servidores competentes do órgão ou por pessoas contratadas para essa finalidade, conforme esteja previsto no projeto básico.

Em relação à envoltória do prédio, julgue os itens seguintes, com base nos modelos de certificação ambiental Leed, Acqua e Procel Edifica.

- 81** Na etiquetagem Procel, avalia-se o desempenho da envoltória do prédio e de seus sistemas de iluminação e condicionamento de ar, sendo possível a concessão de uma etiqueta nacional de conservação de caráter geral, quando esses três itens são avaliados, ou parcial, quando a envoltória é avaliada isoladamente ou combinada com apenas um dos outros sistemas.
- 82** Um telhado projetado para captar água da chuva e direcioná-la a sistemas de armazenamento não só ajuda a reduzir a demanda por água potável na edificação, mas também contribui para a gestão de águas pluviais, minimizando o escoamento superficial e a carga nos sistemas de drenagem urbana.
- 83** Embora tenham características específicas, todos os sistemas de certificação ambiental para edifícios tratam da estratégia de escolha do local e da forma de ocupação do terreno para a análise da envoltória e, conseqüentemente, do desenvolvimento de projetos de edifícios com baixo consumo energético, conforto ambiental e sustentabilidade.
- 84** A concepção da envoltória requer conhecimento das condições climáticas locais, haja vista a necessidade de controlar ganhos e perdas de calor, a quantidade de luz natural e a ventilação, para atingir o maior grau de eficiência energética e o alto grau de conforto térmico, acústico e luminoso para os usuários.
- 85** A resistência térmica das envoltórias de componentes homogêneos é dada pela relação entre a espessura do material componente e a condutividade térmica do material; portanto, nas envoltórias sustentáveis, deve-se priorizar, no projeto, a maior condutividade térmica dos materiais.

Acerca das relações entre a arquitetura e a preservação ambiental, julgue os itens a seguir.

- 86** O estudo de impacto ambiental (EIA), obrigatório para qualquer instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, é um instrumento de gestão ambiental cuja exigência compete ao poder público, de acordo com a Constituição Federal de 1988.
- 87** O projeto passivo arquitetônico busca a integração do objeto com o ambiente, ao aproveitar as forças da ventilação natural, da orientação solar e da topografia, a fim de otimizar as ações dos agentes ambientais no conforto térmico dos usuários da edificação.
- 88** A arquitetura de preservação ambiental visa promover a igualdade social, por meio da valorização de aspectos culturais locais, da eficiência econômica e do menor impacto socioeconômico nas soluções adotadas.
- 89** No paisagismo integrado ao ambiente, propõe-se a manutenção das características do solo, a preservação da vegetação nativa e a captação de água de abastecimento para irrigar vegetações que demandem muita água.

No que se refere aos sistemas de informação geográfica (SIG), julgue os próximos itens.

- 90** Os SIG são *softwares* que podem armazenar, processar e representar os dados de determinada cidade, com a finalidade de gerenciar várias combinações para compor mapas e analisar informações especializadas para os órgãos públicos ou entidades civis.
- 91** Um SIG é um conjunto de ferramentas que permite coletar, armazenar, manipular, analisar e visualizar os dados georreferenciados, integrando informações espaciais e atributos.
- 92** Os SIG são compostos pela interface e pelos segmentos de processamento de informações geográficas e composição de produtos, mas o principal componente de todo SIG é o seu banco de dados.

Com relação a circulação e transporte e ao processo de estruturação do espaço urbano e de planejamento físico-territorial, julgue os itens seguintes.

- 93** Sistemas de transporte inteligente caracterizam-se pelo uso de tecnologias avançadas relativas a comunicação, sensores, *software* e análise de dados, e têm por objetivo otimizar a gestão do tráfego, o uso de recursos de transporte e a experiência dos usuários.
- 94** Redes de circulação são sistemas integrados de fluxos, que possibilitam a circulação de pessoas, mercadorias, serviços e informações, a exemplo das redes de transporte, que estão associadas ao desenvolvimento econômico por serem fator atrativo para a instalação de indústrias e para o surgimento de cidades.

No que se refere a equipamentos públicos e mobiliário urbano, julgue os próximos itens.

- 95** De acordo com a norma técnica relativa à acessibilidade de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, as calçadas das vias não são classificadas como mobiliário ou equipamento urbano, configurando-se enquanto uma parte da via que é reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação e placas de sinalização.
- 96** São equipamentos públicos urbanos as instalações e os espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, energia elétrica, rede telefônica etc., mas tais serviços, ao serem realizados por empresas concessionárias e não exclusivamente pelo poder público, deixam de ser de natureza pública, tornando-se serviços privados.
- 97** Embora a legislação sobre o mobiliário urbano local apresente variações em cada município, há consenso sobre o que pode ser definido como mobiliário urbano, devendo tal definição ocorrer com base em critérios claros previamente definidos.

Acerca das relações entre arquitetura e cultura, julgue os itens que se seguem.

- 98** A partir de 2009, a arquitetura adquiriu direito à representação no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), o que, no entanto, não conferiu à arquitetura a condição de atividade cultural oficialmente reconhecida.
- 99** A arquitetura, apesar de ser uma das expressões mais palpáveis e concretas da cultura de um povo, é historicamente datada, ou seja, para ser compreendida necessita ser social e culturalmente contextualizada, de modo que não é possível entender as complexidades das sociedades humanas ao longo da história ao se estudar a arquitetura de diferentes culturas.

De acordo com a NBR 9050:2020, julgue os itens a seguir, relativos a aspectos de acessibilidade em edificações.

- 100** As bacias em sanitários acessíveis podem ter abertura frontal, desde que estejam a uma altura entre 0,43 m e 0,45 m.
- 101** Em sanitários coletivos, as portas dos boxes comuns devem ter vão livre mínimo de 0,80 m.
- 102** As mesas de trabalho devem ter altura entre 0,75 m e 0,85 m, do piso até a superfície superior da mesa, e profundidade inferior livre mínima de 0,50 m.
- 103** Em portas duplas com maçaneta central, a sinalização de porta pode ser instalada ao lado de qualquer uma das portas.
- 104** Todas as medidas necessárias para a garantia da acessibilidade em edificações devem ser previstas no projeto e na obra do edifício, pois não são admitidas adequações de acessibilidade em edificações já existentes.

Com base na Lei n.º 12.378/2010, que regulamenta o exercício da arquitetura e do urbanismo no Brasil, julgue os próximos itens.

- 105** É vedado ao arquiteto e urbanista o desenvolvimento de atividades nas áreas de tecnologia e resistência dos materiais, patologias e recuperações, por serem estas atividades privativas dos engenheiros.
- 106** Caso uma norma do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) relativa ao campo de atuação de arquitetos e urbanistas conflite com norma de outro conselho profissional, a controvérsia será resolvida por meio de resolução conjunta de ambos os conselhos profissionais.

Em relação a índices urbanísticos e gabarito de altura das edificações, julgue os itens a seguir.

- 107** O gabarito de altura máxima de uma edificação corresponde à distância entre o piso do pavimento térreo e o ponto mais alto da cobertura, incluindo-se a caixa d'água, se houver.
- 108** Em um terreno de 200 m², com coeficiente de aproveitamento igual a 2 e taxa de ocupação de 50%, somente poderão ser ocupados 100 m² do terreno e a área total a ser construída poderá ser dividida em 4 pavimentos (térreo mais três pavimentos).
- 109** O coeficiente de aproveitamento determina o número de pavimentos de uma edificação.
- 110** Em um lote que mede 300 m² e está localizado em uma região urbana cujo coeficiente de aproveitamento é igual a 2, a área máxima de construção corresponde a 600 m².

No que diz respeito às macrozonas e zonas urbanas, julgue o seguinte item.

- 111** Em conformidade com as estratégias de política urbana, o macrozoneamento estabelece o perímetro dos bairros da cidade, ao passo que o zoneamento, dirigido principalmente aos cidadãos e aos que vão construir ou ocupar o espaço urbano, define o parcelamento, o uso e a ocupação do solo.

No que se refere às áreas de preservação e proteção ambiental, julgue os itens subsequentes.

- 112** Nas circunstâncias previstas na legislação ambiental, o órgão ambiental competente poderá autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente (APP), contudo são expressamente vedadas a prática de impermeabilização e a alteração para ajardinamento na área verde de domínio público.
- 113** Nas unidades de uso sustentável, são permitidas visitação pública, pesquisa científica e exploração sustentável dos recursos naturais locais.
- 114** As áreas de proteção ambiental (APA) integram o grupo das unidades de proteção integral e se caracterizam por admitirem certa ocupação humana e serem dotadas de atributos para a qualidade de vida e o bem-estar das populações, cumprindo os objetivos básicos de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Julgue os próximos itens, relativos a instrumentos urbanísticos vinculados ao Estatuto da Cidade.

- 115** De acordo com o Estatuto da Cidade, terá direito à usucapião especial aquele que tiver a posse de uma área ou edificação urbana de até 200 m², por 15 anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- 116** A União pode aumentar progressivamente, por cinco anos consecutivos, o valor da alíquota do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), caso o proprietário não cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel em conformidade com as determinações do plano diretor.
- 117** A outorga onerosa do direito de construir corresponde a uma contrapartida financeira a ser paga pelo proprietário do terreno que deseja construir além da área estabelecida pelo coeficiente de aproveitamento básico estabelecido no plano diretor.
- 118** O direito de superfície confere ao poder público a preferência na compra de imóvel urbano colocado à venda por particulares para efeito de execução de programas e projetos habitacionais de interesse social e da criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes.

No que diz respeito à construção sustentável, julgue os itens a seguir.

- 119** Na obra de edificação sustentável, desde a sua produção até sua pós-construção, devem-se escolher preferencialmente materiais naturais e(ou) biodegradáveis, evitar a poluição do ar e da água, bem como aplicar o desenvolvimento tecnológico para a concretização de uma maior poupança energética e a diminuição dos resíduos.
- 120** Os selos de certificação ambiental, a exemplo do Procel Edifica, indicam que uma empresa, um produto ou um serviço cumpre regras de sustentabilidade, minimizando os impactos negativos ao meio ambiente.

Espaço livre